



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE**  
**EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS**

KARINI APARECIDA SCARPARI  
SUEDJA RAIANNY NUNES DA SILVA ABREU

**ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS COMO ESTRATÉGIA PARA**  
**GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Foz do Iguaçu  
2016

Karini Aparecida Scarpari  
Suedja Raianny Nunes da Silva Abreu

**ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS COMO ESTRATÉGIA PARA  
GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Artigo apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de pós-graduado  
em Educação Ambiental, pelo Programa  
de Pós-Graduação em Educação  
Ambiental da Universidade Federal da  
Integração Latino-americana.

**Orientadoras**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marcela Stuker Kropf

Prof<sup>a</sup> Mariele Borro Mucciatto Xavier

Foz do Iguaçu  
2016

# ESPAÇO EDUCADOR SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Karini Aparecida Scarpari<sup>1</sup>

Suedja Raianny Nunes da Silva Abreu<sup>2</sup>

**Resumo:** A compreensão das relações socioambientais é central para uma gestão do território que vise a mediação dos conflitos inerentes às tensões entre sociedade e natureza. Desde esse ponto de vista, a Educação Ambiental no ambiente escolar é uma estratégia fundamental, pois busca a formação de cidadãos críticos sobre o modelo de sociedade atual. Dessa maneira, esse trabalho objetivou realizar uma intervenção na Estadual do Campo Dom Pedro II, em São Miguel do Iguaçu/PR, visando estimular os alunos do 6º e 7º anos a refletir sobre a proposta do Espaço Educador Sustentável. Assim, foram programados cinco encontros para o desenvolvimento de atividades que proporcionassem o conhecimento sobre o contexto local, reflexão sobre as relações socioambientais, além de incentivar a articulação social através da criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. A partir disso, foi possível identificar a potencialidade dos atores que fazem parte do ambiente escolar na gestão do território. Verifica-se que a crise ambiental é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, a gestão participativa do território, principalmente em áreas lindeiras as Unidades de Conservação.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Escola do Campo; Gestão ambiental; Parque Nacional do Iguaçu.

## SPACE SUSTAINABLE EDUCATOR AS A STRATEGY FOR TERRITORY MANAGEMENT

**Abstract:** The understanding of environmental relations is central to the management territory that aim to mediate the conflicts inherent to the tensions between society and nature. From this point of view, environmental education in the school is a key strategy, because it seeks the formation of critical citizens about the current society model. Thus, this study aimed to carry out an intervention in the Rural School Dom Pedro II, in São Miguel do Iguaçu/PR, to stimulate the students of 6 and 7 grade - Middle school - to reflect on the proposal Space Sustainable Educator. Five meetings were scheduled for the development of activities that provided knowledge about the local context, reflection on the socio-environmental relations, and encourage social articulation through the creation of the Commission for the Environment and Quality of Life in School. From this it, was possible to identify the potential of the actors who are part of the school in territory management. It appears

---

<sup>1</sup> Graduada em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Integração Latino-americana. E-mail: [karini.scarpari@gmail.com](mailto:karini.scarpari@gmail.com)

<sup>2</sup> Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [suedja.y@gmail.com](mailto:suedja.y@gmail.com)

that the environmental crisis is an opportunity to reflect on educational practices, social and environmental relations, participatory in the territory management, especially in border area of conservation unit.

**Keywords:** Environmental education; Rural school; Environment management; Iguaçu National Park.

## INTRODUÇÃO

As questões ambientais têm sido evidenciadas em proporções cada vez maiores por parte dos sujeitos pertencentes a diversos contextos socioculturais, ganhando espaço em discussões nos âmbitos social, político e econômico, geralmente, apresentadas como resultado da crise civilizatória e suas tendências (FARIA, 2004). Dessa forma, surge também a necessidade de reavaliar as relações de interdependência entre os sujeitos e o meio natural, através de mobilizações, disseminação de práticas, fortalecimento da cidadania e demais aspectos que auxiliam o sujeito a refletir sobre seu contexto e suas práticas.

Nesse cenário, a Educação Ambiental (EA) tem um papel fundamental no fortalecimento da relação Sociedade e Natureza, participando da formação de sujeitos capazes de desenvolver o pensamento crítico, como também apoderar-se do ato político por meio da participação na construção de outra realidade. Além disso, a EA pode contribuir estimulando reflexões dos atores sobre a biodiversidade<sup>3</sup> e o contexto social que estão inseridos, através do universo educativo (JACOBI, 2003).

Considerando-se que a Educação com viés crítico é uma forma de contribuir para a mobilização de grupos em prol da conservação da diversidade ambiental, como também histórico-cultural, este artigo discutirá também a aproximação entre as áreas protegidas e os grupos sociais circundantes por meio da gestão participativa.

---

<sup>3</sup> De acordo com o art. 2 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992, p. 9), a Biodiversidade significa:

“a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

Se tratando da atividade educacional, a escola é um dos ambientes mais propícios para debates e discussões que podendo contribuir na formação de cidadãos críticos e reflexivos a partir da tomada de decisões desde a própria escola, seu entorno e a comunidade na qual a instituição está localizada, chegando até mesmo a esfera global, a partir da multiplicação de práticas (SILVA et al., 2015).

Nesse intuito, a atuação da EA se faz importante como fomentadora das transformações que os sujeitos promovem no seu território, e propulsora do desenvolvimento socioambiental a partir das discussões sobre o porquê e como conservar a biodiversidade em todos os seus aspectos. Para isso, se faz essencialmente importante conhecer o território (MENDES; DONATO, 2003).

Um dos principais elementos a serem considerados diante das mudanças que podem ser resultantes das reflexões e ações conjuntas dos atores é o espaço geográfico, construído pelas relações socioambientais (VARGAS, 2014), e ao ser demarcado passa a denominar-se território<sup>4</sup>. Essa também é uma questão posta como desafio no processo de gestão das Unidades de Conservação (UC's), uma vez que existe a necessidade frequente de realizar avaliações sobre os impactos positivos e negativos gerados na área protegida e no seu entorno (ICMBio, 2016).

A partir da gestão do território, as discussões sobre a melhor forma de administrar o espaço ocupado pelos sujeitos é uma problemática que perpassa distintas sociedades ao longo da história.

Já especificamente no período a partir de meados do século XIX, observa-se a intensificação dos debates sobre a importância de cuidar dos bens naturais. Diante do cenário marcado por intervenções antrópicas catastróficas fomentadas pela busca exacerbada do crescimento econômico, não sendo considerado o tempo de resiliência e a dinâmica dos processos ecológicos, surge também a ideia de demarcar áreas consideradas ricas em biodiversidade para protegê-las da utilização inadequada dos seus bens naturais, conforme aponta Silva (2011).

A partir do termo Desenvolvimento Sustentável, que passou a ser utilizado comumente a partir do Relatório Brundtland (1987), Shiva (1991) propõe uma análise sobre a ideia de Sustentabilidade trazida nesse discurso, destacando que os princípios, objetivos e práticas utilizados como fundamento para construção dessa

---

<sup>4</sup> Segundo Vargas (2014), o conceito de território compreende o produto das relações sociais e a ocupação exercida sobre a área.

ideia, não são de fato sustentáveis devido a superexploração dos bens naturais, interferindo negativamente na manutenção dos processos ecológicos e, conseqüentemente, intervindo na economia da natureza, intensificando a pobreza e a crise ecológica.

De acordo com Faria (2004), as tentativas de buscar a melhor forma de manejar o que ainda resta do meio natural valida a promoção da sustentabilidade local e regional através de processos estratégicos, como por exemplo, a gestão participativa. Soma-se a isto, o surgimento de uma inquietude quanto ao futuro do nosso planeta, desencadeando ações e mobilizações globais contra o uso desenfreado dos bens naturais. Intensificam-se assim, medidas que priorizam a sustentabilidade, por meio de articulações e propostas geradas principalmente pela sociedade civil. Vargas (2014) ainda contribui afirmando que o significado construído a partir da percepção ambiental dos sujeitos que consideram o contexto local, é importante no estabelecimento do modo com que esses ocuparão o espaço.

Em meio a esse processo, a EA atuado no cenário socioambiental por meio do levantando de questionamentos, estimulando reflexões sobre as práticas dos sujeitos, mediando conflitos existentes, com a intenção de contribuir para a mobilização social e mudança de atitude dos sujeitos em relação ao seu território.

Além disso, as ações educativas que consideram as questões socioambientais, como no caso da EA, atuam também revigorando as discussões sobre equidade social, identidade local, dentre outros aspectos que surgem dos próprios sujeitos, como mostra o Guia de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (2016).

Nesse sentido, as vivências dos sujeitos com o meio natural, assim como suas atividades diárias, precisam ser consideradas e abordadas no âmbito escolar com o intuito de estimular a construção do conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico. No que tange a área rural, para que haja o compartilhamento de melhores práticas de manejo no campo, é preciso o empoderamento dos atores que vivem nessa área, considerando a expansão atual da prática do agronegócio, que tem provado ser uma problemática ao oferecer sérios riscos para o ambiente natural, social e cultural.

Portanto, a realidade vivida e a construção da percepção sobre o meio ambiente remetem a uma outra questão, que é a forma com que surgem os diferentes conceitos sobre a natureza, ambiente e ecossistema e que por consequência, conduzem a distintas formas de se pensar, planejar e organizar o território. Essas diferentes visões nem sempre entram em consenso, pois acabam divergindo-se com respeito a gestão do território, resultando em práticas que afetam direta e indiretamente o uso e a ocupação de uma determinada área, e que geralmente estão por trás de determinados conflitos.

Se tratando das áreas nas quais se localizam as UC's, há normas próprias de uso e manejo, que cumprem o objetivo de preservar os animais, os vegetais, o acervo cultural, a beleza cênica, as fontes científicas, variando de acordo com sua classificação (SCHENINI *et al*, 2004).

Nesse contexto, a EA se mostra como estratégia central na gestão ambiental, de acordo com ICMBio (2016), por auxiliar na promoção de uma gestão pública participativa como forma de promover maior efetividade no cuidado da “casa comum”. Para isso, o programa de uso público deve ser operacionalizado através de instrumentos normativos, se tornando de fato efetivo. No caso das UC's brasileiras, o Plano de Manejo é o documento técnico definido pela Lei 9.985/2000, instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), responsável por traçar os objetivos das áreas de valor ambiental no país, contemplando dessa maneira um modelo de gestão aplicados nas áreas protegidas que considera a importância do fator humano (BRASIL, 2000).

Somando-se ao que foi exposto até o momento e considerando o processo histórico de gestão da UC Parque Nacional do Iguaçu (PNI), é possível verificar diversos conflitos socioambientais que ocorreram desde sua criação em 1939, como o fechamento da Estrada do Colono (ligação entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu à Capanema e as atividades ilegais de caça, extração de madeira e palmito, por exemplo.

Dessa forma, é possível perceber o desafio enfrentado pelos gestores das Unidades de Conservação na mediação de tais conflitos, buscando solucioná-los juntamente com as comunidades lindeiras ao PNI.

Assim, considera-se como primordial que os atores circundantes as UC's, como no caso do PNI, sejam esclarecidos sobre o funcionamento, abrangência, uso e demarcação de áreas como esta.

Essa forma de refletir sobre o território pode ser percebida na postura que Boff (2013) assume ao ressaltar que um modelo de educação que realmente corresponda a crise civilizatória atual necessita estar baseado no resgate de alguns valores fundamentais à vida, como a recuperação da sensibilidade emocional, da ideia de que o planeta é um organismo vivo, da unificação entre Sociedade e Natureza, do cuidado com os demais componentes do meio ambiente, da cooperação entre todos os que habitam a Terra, assim como da prática do respeito, destacando ainda a importância da espiritualidade.

Layrargues (2004) ainda contribui afirmando que o comprometimento com a ética socioambiental estimula a participação dos sujeitos na construção de uma sociedade sustentável por meio da reflexão sobre a crise ambiental atual. Nesse sentido, o ambiente escolar e seus alunos participam do processo de inovação e criação de uma outra racionalidade voltada à problemática ambiental e junto à comunidade civil, sendo capazes de praticar a EA no seu contexto local, exercendo assim, uma postura crítica em relação ao seu contexto. (GUIMARÃES, 2014).

Já no âmbito da Educação, há uma política pública pensada e construída conjuntamente entre o governo e sociedade civil organizada para compensar o histórico de negação ao direito das populações do campo em acessar uma educação pública e de qualidade, ou seja, a Educação do Campo. O reconhecimento da diversidade social e cultural do campo são evidenciados por essa política diante da marginalidade que elas têm ocupado no processo de discussão sobre a Educação brasileira.

Assim, o decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a política nacional de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Conforme o artigo 1º inciso II, são declaradas como escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

No Paraná (PR) a implementação da política de Educação do Campo está sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Paraná (SEED/PR) que



coordena a publicação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Esse documento expressa a intenção de motivar os professores a conhecerem a realidade dos sujeitos do campo e reorganizar a sua prática pedagógica. Dessa forma, orienta-se que as Escolas do Campo passem a desenvolver um trabalho educativo com o objetivo de formar educandos com um sentimento de pertencimento, tendo em vista a vasta riqueza que o campo oferece à ampliação dos conhecimentos escolares (SEED/PR, 2010).

Dentre as instituições públicas brasileiras de ensino, se situam as Escolas do Campo, que segundo Catenacci *et al* (2014) ainda são discutidas de forma marginal ou abordadas de modo insulado no âmbito da Educação. Mesmo apoiadas pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) que concede apoio técnico e financeiro para a realização da Política de Educação do Campo, a prática educativa realizada no meio rural necessita ser pensada a partir da sua individualidade e do contexto vivido pelos sujeitos. De acordo com Travessini (2015):

Em relação às escolas do município de São Miguel do Iguaçu/PR, que receberam recentemente a nomenclatura de escolas do campo por parte da Secretaria do Estado de Educação do Paraná, não foram identificadas ações que as vinculem com o ideal das escolas do campo, seja em relação à matriz curricular diferenciada, seja do ponto de vista de projetos que visem o maior contato com o meio rural, ou de ações de promoção do desenvolvimento rural. (TRAVERSINI, 2015; p. 41-42)

Vislumbra-se assim, a necessidade de aproximar a comunidade escolar das problemáticas vivenciadas pelos sujeitos do campo e estimular a reflexão sobre seu território, a partir de instrumentos metodológicos mediadores no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, a promoção da Educação para a Sustentabilidade através da estruturação de Espaços Educadores Sustentáveis (EES) por meio da comunidade escolar (SILVA K., 2015).

Essa proposta deve estar baseada em uma intencionalidade pedagógica pautada na sustentabilidade, além do desenvolvimento e/ou utilização de alternativas ecologicamente corretas que levem a redução de impactos negativos

gerados pelo funcionamento da escola, visando um futuro ambiental de qualidade para as próximas gerações (TRAJBER; SATO, 2010).

A contribuição de todos os frequentadores da escola, por meio de ações positivas que sejam definidas coletivamente são vistas desde o início como importantes, pois constituem o ponto de partida no exercício de comprometimento dos atores envolvidos no processo de transformação do ambiente escolar para um EES. É válido ressaltar que a estruturação dos EES não modifica os princípios estabelecidos pela política de Educação do Campo, apenas poderá complementar em diferentes aspectos, como mostra o Manual Escolas Sustentáveis.

Também é importante esclarecer que a proposta pedagógica das Escolas do Campo não é restrita a localização geográfica, podendo estar relacionada ao meio rural ou não, estando presente em cerca de 4.485 municípios brasileiros, de acordo com a Secretaria de Educação/ SC.

Assim, o Manual Escolas Sustentáveis, estabelecido pela Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, pautado na Lei de nº 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe de orientações para auxiliar (inclusive no âmbito financeiro) a transformação de instituições de ensino em EES, a partir da adequação do currículo, gestão e do espaço físico como forma de incentivar um ensino de melhor qualidade, construído com base na intencionalidade pedagógica pautada na prática da sustentabilidade.

O documento recomenda ainda o estabelecimento de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), podendo ser composta pelos diversos atores da comunidade escolar, com o intuito de atuar em ações que promovam a sustentabilidade na Escola, refletindo e agindo na mobilização de outros sujeitos para promoção de mudanças do espaço escolar e seu entorno, além da melhoria da qualidade de vida.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, localizada na zona rural do Município de São Miguel do Iguaçu - Paraná. Esta instituição passou a ser reconhecida como Escola do Campo em 2012, porém as

atividades dessa instituição ainda não estão de fato baseadas no contexto no qual está inserida.

A Escola está situada próxima aos limites do PNI e os alunos que a frequentam também residem em comunidades lindeiras a UC. Outro aspecto importante é o fato da gestão escolar estar repensando a inserção e atuação dessa instituição na comunidade de São Jorge (Município de São Miguel do Iguaçu - PR), a partir do contexto local, considerando as questões socioambientais.

Já o PNI é uma área protegida com aproximadamente 185 mil hectares, criada em 1939 por meio do Decreto nº 1.035, sendo atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio). Trata-se de uma grande remanescente da floresta atlântica semidecídua, abrigando diversas espécies – algumas já inseridas na lista de espécies ameaçadas de extinção (BIESEK; CARDOZO, 2012). Também é reconhecida pelo seu atrativo cênico - as Cataratas do Iguaçu - responsável por elegê-lo como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1986.

**Figura 1.** Localização da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu/PR.



(Fonte: Google Maps)

Atualmente essa UC está em processo de revisão do Plano de Manejo, que sob orientação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), tem fomentado a participação comunitária. Nesse sentido, o trabalho proposto buscou contribuir também para o diagnóstico socioambiental das comunidades lindeiras ao PNI, o que por sua vez, coloca a Escola Estadual do Campo Dom Pedro II como um local de interesse nesse processo.

O principal objetivo da realização desse projeto foi contribuir, por meio da EA, com os atores que fazem parte dessa Escola do Campo, estimulando-os a pensar a partir da proposta do EES, como também refletir sobre sua relação com o PNI. Por meio das atividades buscou-se conhecer e levantar informações sobre o contexto local; estimular os alunos a refletirem sobre as relações socioambientais; motivar a compreensão e aproximação dos sujeitos quanto a importância, funcionalidade e valorização do PNI, além de incentivar a organização dos sujeitos para criação de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

As ações foram desenvolvidas com a participação de 54 alunos das turmas de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, durante cinco encontros (fevereiro a junho/2016). Optou-se por uma metodologia mista, com a abordagem da Educação Ambiental Crítica realizada a partir do levantamento de dados empíricos e de reflexões feitas pelos atores.

É importante salientar que o estabelecimento prévio de um diálogo com a gestão escolar, bem como o esclarecimento da proposta do projeto aos envolvidos, é considerado um aspecto importante para o desenvolvimento das atividades.

No primeiro encontro realizou-se a apresentação da proposta do projeto aos alunos e a aplicação, em sala de aula, de um questionário semi-estruturado, possibilitando o levantamento de informações das percepções e práticas dos participantes com respeito a escola, a residência, a comunidade, bem como a região do município, desses sujeitos. As questões propostas foram:

- Você conhece o Parque Nacional do Iguaçu?  
( ) Sim. ( ) Sim, eu moro perto dele. ( ) Não.
- Você ajuda a cuidar do meio ambiente?  
( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_ ( ) Não.

No segundo momento as atividades foram baseadas no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), conjunto de técnicas e ferramentas que permite a comunidade fazer seu próprio diagnóstico com base no conhecimento dos participantes, para identificação das peculiaridades do território. Para Faria (2006), essa percepção é pautada nos processos de diálogo e pode contribuir para relações sociais mais harmônicas, além de ser o caminho para a formação de cidadãos mais participativos, mais reflexivos e mais ativos diante da realidade.

Os alunos foram organizados em grupos de cinco participantes e estimulados a refletir e construir o conceito sobre “O que é meio ambiente?”. Cada grupo apresentou sua ideia construída, destacando os elementos considerados como parte do meio ambiente. Sendo as discussões norteadas pelas perguntas:

- A escola faz parte do meio ambiente?
- Quais elementos da escola fazem você se sentir perto da natureza?
- Qual espaço da escola você mais gosta? Por quê?
- A escola tem problemas ambientais? Quais?

Foi proposto também a construção do Mapa Falado que possibilitou a identificação e registro de elementos da paisagem e de uso/ocupação do território, considerados importantes pelos alunos, e que conseqüentemente constituem o espaço, através de materiais como cartolina, papel e lápis colorido (ICMBIO, 2015),

No primeiro momento utilizou-se o mapa do município de São Miguel do Iguaçu e, posteriormente, o mapa de contorno do PNI para localização do município.

O terceiro encontro iniciou com a retomada das discussões do encontro anterior. Em seguida, os alunos foram incentivados a refletir sobre a função do homem no meio ambiente, após as discussões, realizou-se a exibição do vídeo “Man”, do ilustrador especializado em animação - Steve Cutts, com o fim de fomentar a reflexão sobre a atuação do homem sobre o planeta.

A partir da temática sobre os bens naturais, foi lançado o questionamento “o que vocês conhecem sobre o PNI?”, seguido por imagens da biodiversidade abrigada nesta área de conservação. Nessa atividade foi explanado o motivo da criação das áreas protegidas e o contexto da superexploração dos bens naturais. Para essa etapa também foi utilizado o vídeo “Money”, produzido pela WWF, para

fomentar as discussões sobre a consequência de pequenas ações no contexto local-global.

O quarto encontro foi realizado a partir da retrospectiva da atividade anterior, e a exibição de notícias que provam as consequências globais de ações locais, como o exemplo da notícia sobre os “pesquisadores brasileiros na Antártida que encontraram contaminação por mercúrio em pinguins e outras substâncias poluentes que podem causar várias alterações biológicas (câncer) nos animais”.

A partir dessa discussão, os alunos foram estimulados a pensar no que é possível mudar a partir do território que ocupamos, considerando a própria escola como início das transformações. Em seguida, foram exibidos vídeos de escolas em que os alunos procuraram mobilizar a comunidade escolar com o fim de refletir e promover mudanças em seus contextos, como o caso da Escola Municipal Professora Ada Sant'Anna da Silveira, localizada em Joinville/SC. Ainda nessa atividade ressaltou-se os conceitos de Escola Sustentável, bem como a adequação do espaço físico, da gestão e do currículo escolar.

No último encontro as atividades foram desenvolvidas com um único grupo, composto pelas duas turmas juntas, no pátio da escola. Recordou-se as discussões da atividade anterior e, logo depois, os participantes se dividiram em seis grupos e foram estimulados a pensar, a partir das discussões desenvolvidas em todos os outros encontros, levantando propostas de melhoria para a Escola do Campo Dom Pedro II.

A etapa seguinte foi a construção da Árvore dos Sonhos, atividade proposta através da Oficina do Futuro (metodologia criada pelo Instituto para a cidadania - ECOAR), realizada a partir de etapas para a construção de projetos coletivos com vistas a resolução de problemas socioambientais. As ideias e sugestões foram escritas em papéis em formato de folha e complementaram a ornamentação em forma de árvore, que ficou exposta no pátio da Escola.

Logo depois foi abordada a necessidade da organização social do grupo para alcançar os objetivos coletivos. Para isso foram explicados os conceitos e a atuação da Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) na Escola. O encontro foi encerrado com um convite para a composição da COM-VIDA da Escola do Campo Dom Pedro II, composta por alunos do 6º e 7º ano. Em seguida, os

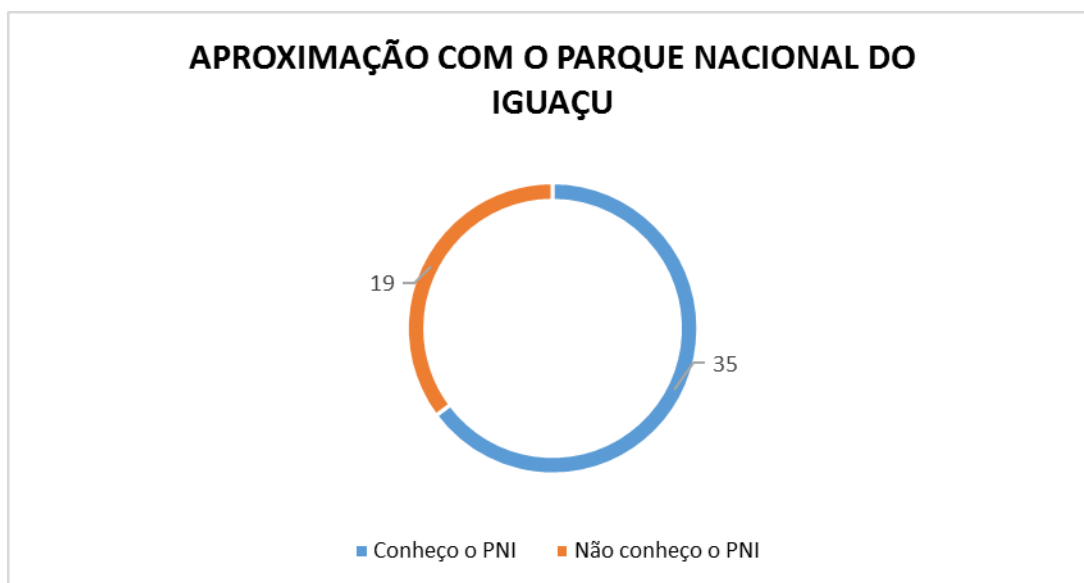
participantes foram incentivados a pensar na primeira ação da COM-VIDA, como também receberam materiais didáticos que ajudarão a orientá-los nas mobilizações.

## ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

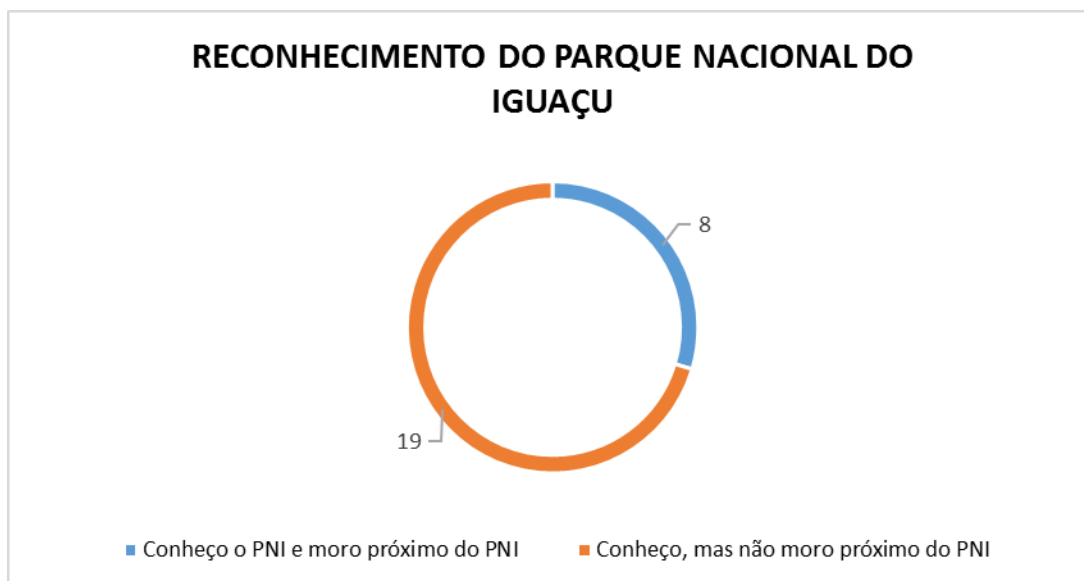
A EA atuando por meio do EES tem um papel chave na reflexão de conceitos que podem fortalecer a relação entre Sociedade e Natureza, formando sujeitos capazes de desenvolver pensamento e consciência crítica necessários para a atuação política através da ação participante nos espaços de construção e tomada de decisão.

Ao analisar as respostas sobre a questão da aproximação dos sujeitos em relação ao PNI (ver Gráfico 1) e, em caso afirmativo, sobre reconhecimento quanto ao Parque Nacional do Iguaçu (ver Gráfico 2), é possível perceber que embora os alunos que frequentam a Escola, também residem na mesma comunidade ou nas proximidades da instituição, apenas 8 sujeitos afirmaram conhecer o PNI e morar próximo. Essa realidade ressalta a necessidade de estratégias que estimule a reflexão sobre o reconhecimento dos sujeitos em relação ao território que ocupam e as práticas cotidianas adotada.

**Gráfico 1.** Aproximação dos sujeitos como o Parque Nacional do Iguaçu.

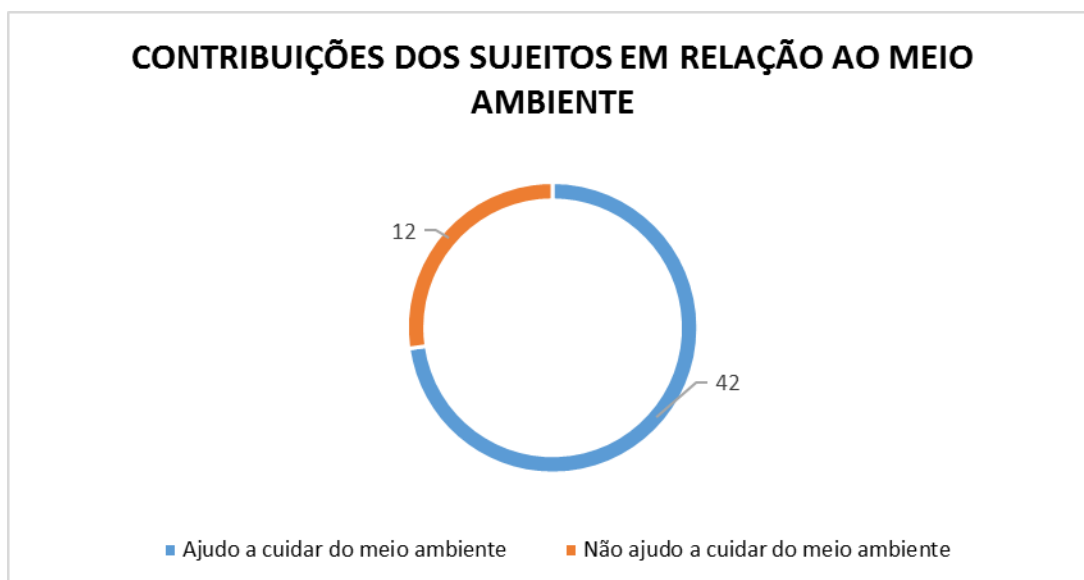


**Gráfico 2.** Reconhecimento dos sujeitos em relação ao Parque Nacional do Iguaçu.



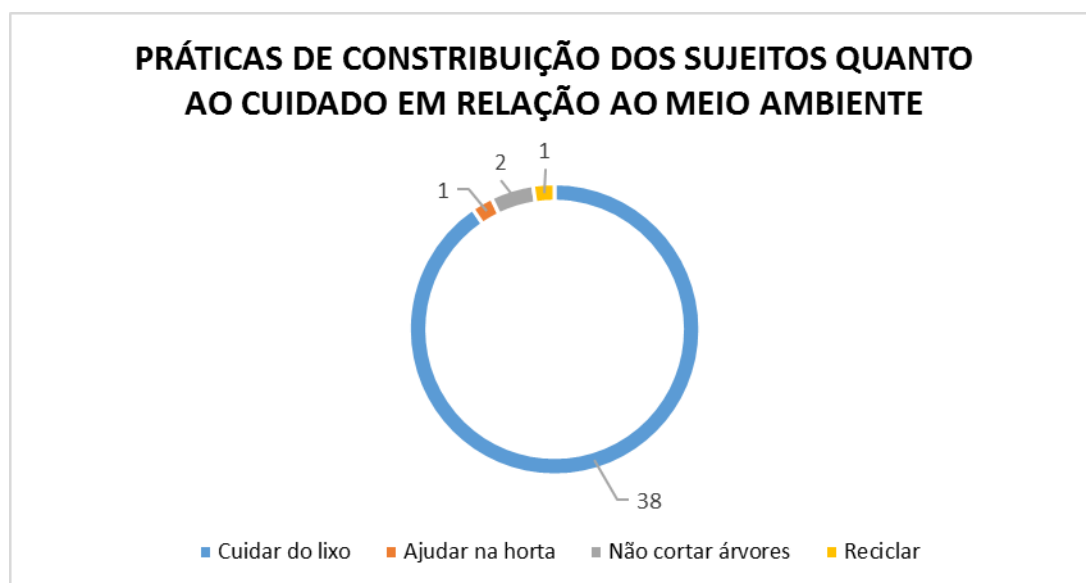
A maioria dos participantes também afirmaram (Gráfico 3) e descreveram práticas que consideram ser de contribuição no cuidado com o meio ambiente (Gráfico 4), mostrados a seguir:

**Gráfico 3.** Contribuições dos participantes em relação ao meio ambiente.





**Gráfico 4.** Práticas de contribuição dos sujeitos quanto ao cuidado em relação ao meio ambiente.



De acordo com as práticas expostas pelos sujeitos nas respostas, é possível perceber que o cuidado com o lixo é a forma mais comum, identificada pelos alunos, de contribuição com o meio ambiente, podendo ser também uma temática utilizada na prática pedagógica como um tema gerador<sup>5</sup>. Nesse caso, a EA pode fomentar a reflexão sobre as práticas do cotidiano, não se restringindo ao descarte/separação correta do lixo, mas buscando problematizar o atual modelo de sociedade e as consequências para o ambiente, bem como a origem da matéria prima dos produtos que consomem e o tempo de decomposição, estimulando a construção de um olhar crítico dos sujeitos em relação ao seu território.

A partir da atividade de percepção por meio da construção do conceito de meio ambiente, foi evidenciada a ideia de separação entre a Sociedade e a Natureza, pois apenas um dos grupos inseriu a figura social no contexto do meio ambiente, sendo os demais conceitos compostos por elementos de fauna, flora e outros aspectos do meio natural. Esperava-se que, se tratando do meio rural, houvesse uma maior relação entre o fator social e ambiental, considerando que a vivência dos participantes com o meio natural é mais frequente, quando comparado ao contexto urbano.

<sup>5</sup> Segundo Layragues (2006), temas geradores são estratégias metodológicas de um processo de conscientização da realidade opressora vivida nas sociedades desiguais”.

Essa realidade pode influenciar nas práticas cotidianas, já que a ausência do sentimento de pertencimento ao meio ambiente pode refletir diretamente nas práticas dos sujeitos.

Através da construção do Mapa Falado, foram indicadas atividades de caça, queimadas, descarte inadequado de resíduos nos rios e rotas de contrabando, evidenciando a necessidade de projetos de educação socioambiental que contribua para a transformação desse cenário.

**Figura 2.** Produção do mapa falado pelos participantes da turma de 7º ano.



(Fonte: Karini Scarpari)

Outros aspectos dizem respeito a produção de alimento, a reciclagem, a plantio de árvores. Nesse caso, a Escola pode assumir um papel chave difundindo e estimulando essas ações identificadas pelos alunos, por meio de projetos, eventos, cursos e mobilizações sociais junto à comunidade.

Na discussão ocorrida após a exibição dos vídeos relacionados à biodiversidade e o PNI, foi possível perceber que apenas a área de atividade turística do PNI é identificada pelos participantes como UC, não sendo considerado o papel fundamental de toda a área de conservação. Dessa forma, a área protegida também não é reconhecida como elemento do território desses sujeitos.

**Figura 3.** Exibição dos vídeos do III Encontro com a turma do 7º ano.



(Fonte: Karini Scarpari)

A partir do debate gerado pela exibição dos vídeos de casos de Escolas Sustentáveis exibidas pelos vídeos, os alunos demonstraram ânimo e comentaram sobre os desafios para mudar a realidade da escola.

Na construção da Árvore dos Sonhos, as expectativas de muitos anseios expressos estavam relacionadas com a melhor utilização de espaços da escola e com articulações para o envolvimento com a comunidade, como por exemplo, “retomar o projeto da horta na Escola”. Nesse caso foi notório que, quando estimulados, os alunos podem assumir um papel chave na identificação de necessidades locais, como também contribuir na gestão da escola, podendo ainda serem relevantes na comunidade e no território. Observa-se que esse processo de estímulo à construção de ideias coletivas contribui para formação cidadã.

**Figura 4.** Construção da Árvore dos Sonhos.



(Fonte: Suedja Abreu)

A composição da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida foi um momento crucial, uma vez que esse grupo será responsável pelas articulações e tomadas de decisão posteriores, sendo essencial para a continuidade e ampliação das ideias discutidas durante as atividades.

A postura observada nos participantes desse grupo, como a definição da quantidade de integrantes, a articulação de reuniões e o planejamento sobre o uso dos materiais recebidos, são considerados indicadores significativos do potencial da EA no processo de articulação e mobilização social. Seu andamento pode resultar ainda em diversas transformações do ambiente escolar, podendo contribuir futuramente na melhor gestão do território.

**Figura 5.** Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II.



(Fonte: Luciano Abreu)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental é uma oportunidade para refletir sobre as práticas educativas, as relações socioambientais, como também a participação na gestão pública sobre o território, principalmente em áreas lindeiras as UC. Nesse caso, a EA pode contribuir na revisão das práticas pedagógicas utilizadas nos espaços escolares, bem como na reflexão sobre a realidade escolar e as problemáticas locais, com o intuito de transformar, de fato, o contexto vivido pelos sujeitos, através dos mesmos. Consequentemente, ocorrerá a mudança socioambiental e a transformação da perspectiva dos atores sobre seu território.

Além disso, nota-se que os atores do universo educativo são relevantes na potencialização das reflexões envolvendo os bens naturais e seu contexto social (JACOBI, 2003), a partir da prática pedagógica que considere os aspectos socioambientais.

Considerando o crítico contexto atual sobre o aspecto socioambiental global, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (GOVERNO FEDERAL, 2008) prevê a implementação de Espaços Educadores Sustentáveis em ambientes escolares e universitários com a adaptação da estrutura física, da gestão e da



intencionalidade pedagógica. Com isso, a problemática envolvendo a biodiversidade no âmbito global, desencadeia necessidades quanto à proteção dos diversos ecossistemas, tornando indispensável o fortalecimento da relação sociedade e natureza, com a cooperação principalmente dos sujeitos lindeiros as áreas protegidas, como no caso apresentado do Parque Nacional do Iguaçu.

Por fim, entende-se que o processo de aprendizagem e transformações a partir da proposta de estruturação do EES são contínuos, não sendo possível mensurá-los completamente, porém é notória a potencialidade da EA como fomentadora da organização e articulação dos sujeitos no contexto escolar, como por exemplo através da COM-VIDA, com o objetivo de estimular a estruturação de lideranças e a participação na gestão do território.

## REFERÊNCIAS

BIESEK, A.S.; CARDOZO, P.F. Interpretação do Patrimônio Ambiental: o caso do Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **Revista de Cultura e Turismo**. Santa Cruz, v. 6, nº 4, Out/2012.

BOFF, L. Ecoeducação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2013, p. 105-110.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)> . Acesso em 25 de jul. de 2016.

BRASIL. Lei Federal no. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, P 1-6, 19 de jul. de 2000. Seção I. Regulamenta o artigo 225, 1º - incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.

BRASIL, Governo Federal. **Lei de educação ambiental nº 9795/99**. Brasília: 1999. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre a diversidade biológica**. Brasil: 2000. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_dpg/\\_arquivos/cdbport.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf). Acesso em: 25 jul. 2016.

CATENACCI, L. S.; COUTINHO, J.; XAVIER, L. P.; MOURA, S. G. Educação para além das cercas das escolas rurais. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 343 -355.

D'OLIVEIRA, Enílson; BURSZTYN, Ivan; BADIN, Luciana. **Parque Nacional do Iguaçu**. IVT - Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2002.

FARIA, A. A. C. **Ferramentas do Diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rápido participativo**. IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil/ MMA - Ministério do Meio Ambiente; Brasília, 2006.

FARIA, H.H. Eficácia de gestão de Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil. **Tese** de doutorado. Depto. Geografia. UNESP. Presidente Prudente, SP. 2004. 401p.

GOVERNO FEDERAL (2008). Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

GUIMARÃES, R. P. Ecopolítica. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 111-121.

ICMBIO. **Conselhos Gestores de Unidade de Conservação Federais**. 2º edição, Brasília, 2015.

ICMBIO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação**: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade (Guia informativo, orientador e inspirador). Brasília: MMA/WWF, 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa** [online]. n.118, p. 189-206, 2003. ISSN 0100-1574.

LAYRARGUES, Philippe P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MEC (Ministério da Educação). **Manual Escolas Sustentáveis**. Brasília, MEC, 2013. Disponível em: <[http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual\\_escolas\\_sustentaveis\\_v\\_04.06.2013.pdf](http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/1857975698.manual_escolas_sustentaveis_v_04.06.2013.pdf)>. Acesso em 12 fev. 2016.

MEC (Ministério da Educação). **PRONACAMPO**. Brasília, MEC, 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18720:pronacampo&catid=194:secad-educacao-continuada](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18720:pronacampo&catid=194:secad-educacao-continuada)>. Acesso em 07 fev. 2016.

MENDES, R.; DONATO, A.F. Território: Espaço social de construção de identidades e de políticas. **SANARE, Revista de Políticas Públicas**, v. 4, n.1, p.34-38, 2003.

MORAN, Emilio Frederico. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Senac, 2011. 307 p. ISBN 978-85-396-0090-8.

Oficina do Futuro: Construindo projetos coletivos. Disponível em: <[www.ecoar.org.br](http://www.ecoar.org.br)>. Acesso em 2 set. 2015.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M. & CASARIN, V. W. 2004. Unidades de Conservação: Aspectos históricos e sua Evolução. COBRAC – 2004. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico **Multifinalitário**, UFSC, Florianópolis 10 a 14 de outubro de 2004.

Secretaria do Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, SEED/PR, 2010. Disponível em: <<http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>>.

SHIVA, V. “Que quiere decir sustentable”. **Revista del Sur**, Montevideo, n.3, marzo-abril, 1991.

SILVA, K.M.; ARAÚJO, M.L.; MAIA, R.C.; FARIAS, S.F.; NUNES, T.G.R. Práticas Lúdicas X Educação Ambiental: Contribuindo para a conscientização na Escola Estadual Ruy Paranaatinga Barata. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 221-234, 2015.

SILVA, V. B.; CRISPIM, J. Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Geomae**, Campo Mourão, v. 2, n. 1, p.163 – 175, 2011. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/30/pdf\\_24](http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/30/pdf_24)>. Acesso em 28 mar. 2016.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 1517-1256, v. especial, Rio Grande – RS, setembro de 2010.

TRAVERSINI, Desideri Marx. **Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR**. 2015. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória**. Educar, Curitiba: Ed. UFPR, n. 27, p. 93-110, 2006.

VARGAS, M. G. Território. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3**. Brasília: MMA/DEA, 2014, p. 305-314.